

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coeteno Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).

29 FEV 1988



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MES
(1927 - 1969)

O País conflagrado e o País calmo

editorial

O último dia de sol e céu azul nesse país foi o 15 de novembro de 1986. Sol e céu azul mas com fortes ventos noreste.

Os entendidos de meteorologia já há algum tempo advertiam sobre a aproximação de densas frentes frias. Não tinham dúvidas sobre a proximidade de tempestades violentas que teriam fatalmente conseqüências dolorosas.

A chuva começou logo no dia 16 daquele novembro fatídico e não parou mais. Com breves estiagens que não serviram para amenizar os transtornos, ela foi-se intensificando ininterruptamente até hoje.

Há alguns dias começaram os deslizamentos de terra nas regiões mais acidentadas do País, que não demonstra a menor condição de evitar o que fatalmente se segue: desmoronamentos mais ou menos violentos com todas as suas conseqüências dolorosas.

Não estamos falando do Brasil real, sobre o qual desabaram recentemente tempestades de verdade que provocaram tragédias como as de Petrópolis, do Rio de Janeiro e do Acre. Esse Brasil, o país sério que trabalha e produz, vai-se recuperando como pode, depois que o tempo melhorou, sem contar com a ajuda a que tem direito do país que as tempestades continuam assolando. Este é o país do faz-de-conta, o país da política, que Raymundo Faoro diz, com toda a razão, que não existe mais (a política), "porque houve uma ruptura ética, não uma ética no sentido moralista mas no sentido de que a política se assenta sobre essa ética". (Entrevista de Raymundo Faoro ao jornalista William Waack, publicada no JT do último sábado.) A ética do favorecimento (próprio) da intermediação, da corrupção, explica Faoro, que com raríssimas exceções nivela os políticos brasileiros na sua ânsia generalizada de tirar o seu pedaço do patrimônio do Estado brasileiro.

Esse o País a que nos referíamos no início deste editorial: o País bandalho que em meio à tempestade só cuida de continuar sugando com a voracidade de um vampiro o sangue do País real. (Vejam-se, de um lado, as restrições de Sarney à aplicação do choque ortodoxo do ministro da Fazenda, e, de outro, o festival de "benefícios ao trabalhador" concedidos pela Constituinte.)

Quando o mau tempo se instalou na sua atmosfera, quando o sol de chuva do Plano Cruzado se escondeu atrás das nuvens negras que até hoje toldam os céus desse país, começou a conflagração. Enquanto só havia louros a distribuir, o País bandalho era o próprio seio de Abraão. Quando chegou a hora de distribuir responsabilidades pelos primeiros efeitos das tempestades o País bandalho se dividiu, e quando se aproxima o momento de responder perante o País real que, de uma maneira ou de outra, pronunciará o Juízo Final, ele se conflagrou.

A partir do momento em que o presidente Sarney se convenceu de que não tem condições de conseguir da Constituinte os cinco anos que exige como mandato mínimo, a situação se aproxima rapidamente de um choque frontal. Sem esperanças na Constituinte, o presidente passa a contestar a soberania da Constituinte. Do outro lado, sem qualquer dúvida sobre o mandato que a Constituinte vai estipular, o ex-condestável Ulysses Guimarães assume francamente a postura do candidato.

Para o presidente Sarney não resta alternativa senão o recurso ao Supremo Tribunal Federal. No Supremo não pode, evidentemente, pleitear os cinco anos que pretendia obter da Constituinte. Tem de pleitear os seis que lhe concede a Constituição ainda em vigor.

O presidente Sarney nega veementemente aquilo que seja atitude e as atitudes dos poucos que ainda o apóiam tornam mais do que transparente: a jogada do Supremo Tribunal está perfeitamente planejada e em fase de pré-execução. E tem o apoio do ministro do Exército. Sábado os jornais traziam uma elucidativa entrevista do general Leônidas. E as dúvidas desaparecem já na resposta à primeira pergunta dos jornalistas: — "O sr. endossa esse movimento que está surgindo com a defesa da tese de que o presidente Sarney teria direito a um mandato de seis anos?"

Resposta: — "Os constitucionalistas, muitos deles, têm falado que este direito é líquido e certo, porque é estabelecido pela Constituição que vige e que estabelece todas as coisas que ainda estão em curso neste país (sic) emanam da mesma fonte que é a nossa Constituição de 69. Então, constitucionalmente este direito é líquido e certo" (grifo nosso).

Os jornalistas tiraram a conclusão lógica e vieram com a segunda pergunta:

— E a soberania da Constituinte?

Resposta — "Outro problema que os juristas discutem. Uns dizem que ela não tem soberania, que o direito dela é apenas derivado.

Vamos deixar estes homens que tratam disso com tanta propriedade chegarem à sua conclusão. Eu pessoalmente julgo que, tomando como referencial os interesses do Brasil, julgo a impropriedade de uma eleição em 88" (sic).

Se alguém ainda ficou na dúvida depois disso não foi o candidato Ulysses Guimarães, que no mesmo dia mobilizou suas forças em defesa da soberania da Constituinte e surgiu na televisão, no sábado à noite, com uma disposição que não demonstrou em 64 diante dos militares vitoriosos: "A Constituição (sic) é intocável, invulnerável, soberana, está acima do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, cabendo ao Supremo a sua guarda. Sim, deve guardá-la, não estuprá-la".

Colocamos o sic porque houve, evidentemente, um lapso. Os jornais, ou pelo menos o Estado de S. Paulo, põem na sua boca a palavra Constituinte, que foi, certamente, no que ele pensou. Mas quem o ouviu na televisão ouviu bem Constituição. O lapso é compreensível, aliás, porque uma Constituinte pode ser intocável, invulnerável, soberana e estar acima dos três poderes, mesmo porque lhe cabe delimitar esses poderes. Por isso mesmo, no entanto, não cabe ao Supremo a sua guarda (da Constituinte). A este cabe a guarda da Constituição promulgada, o que, aliás, anima Sarney a tentar a sorte.

Mas o que interessa, com lapso ou sem lapso, é que Ulysses estava respondendo a um poder que ele não citou entre os que estão abaixo da Constituinte: o poder militar, que pelas declarações do general Leônidas não está alheio ao jogo político em sua nova configuração: quatro ou seis anos?

Soberania da Constituinte ou intocabilidade da Constituição em vigor, que estabeleceu todos os mandatos em vigor neste momento no País? O general Leônidas foi sutil também ao lembrar esse ponto: para o setor que ele representa, se querem eleição este ano terá de ser geral. Não escapa ninguém.

Por isso dizíamos que no País bandalho os deslizamentos de terra já começaram, as pedras já estão rolando das encostas, só restando esperar o registro de tragédias pessoais. No País bandalho, uniformemente envolvido na cópia a que se refere Raymundo Faoro, é cada um por si e o Estado para todos, na ânsia de não ser soterrado e de disputar o butim.

O País sério está cansado, está triste, está enojado, mas está surpreendentemente calmo. Nele não há, no momento, nenhuma greve. A violenta agitação social se verifica apenas no campo do País bandalho, embora quem vá pagar a conta seja o País sério. Neste, também, não há divisão. Pelo contrário, nunca esteve tão unido como agora na repulsa pelo País bandalho no qual não vê distinção de comportamentos: são todos iguais, e é pela oportunidade de alguns serem mais iguais do que os outros e por quanto tempo que eles se engalfinham.

Raymundo Faoro tem razão: "Você não encontra ninguém, na rua (do País sério), que acredita em um político".